

Parte D

CONCLUSÃO

Capítulo 11

IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA LITERACIA

11.1. Problemática

A distinção entre população alfabetizada e população analfabeta – entre os que possuem a capacidade, mesmo que formal, de ler, escrever e contar e os que a não possuem – foi, durante muito tempo, a forma utilizada para distinguir dois grandes sectores da população. Os analfabetos literais representam ainda hoje, em Portugal, 11,0% da população com dez ou mais anos, segundo os dados do Censo de 1991.

Foi em grande parte a preocupação em proporcionar competências básicas, nos domínios da leitura, da escrita e do cálculo, a um número cada vez maior de pessoas, que motivou políticas de escolaridade obrigatória, quer através de medidas orientadas para garantir a todos o acesso à escola na infância (e, mais tarde, na juventude), quer por meio do desenvolvimento de planos de alfabetização visando uma escolarização de segunda oportunidade para aqueles que a ela antes não tinham acedido.

A complexificação crescente das sociedades contemporâneas conduziu, por seu lado, à necessidade de alargamento progressivo do próprio conceito de escolaridade básica, ou escolaridade mínima. Não vão muito longe os tempos em que, em Portugal, se dava por concluída a escolaridade básica com a terceira classe e, depois, com a quarta classe. O ensino obrigatório de seis anos não tem mais de um quarto de século e só muito recentemente foi fixado em nove anos.

Com os significativos aumentos de escolarização verificados, de uma forma mais ou menos generalizada, nas sociedades industrializadas ou pós-industriais da modernidade avançada, difundiu-se a ideia de que os problemas do analfabetismo tinham passado a ser, fundamentalmente, problemas do chamado terceiro mundo ou que, no interior dos países desenvolvidos, não afectariam senão pequenas bolsas da população, com especial incidência nos grupos etários mais envelhecidos e no seio de certas minorias raciais ou étnicas.

Porém, sobretudo desde os anos 80, os países mais desenvolvidos renderam-se a uma nova evidência: muitos adultos, apesar de vários anos de escolarização, não dominam a leitura, a escrita e o cálculo, demonstrando sérias dificuldades em utilizar na vida quotidiana materiais impressos ou outros suportes de informação escrita. Esses indivíduos, e os sectores da população em que eles predominam, vêem deste modo diminuídas as respectivas capacidades de participação na vida social, em planos como os do exercício da cidadania, das possibilidades profissionais e do acesso à cultura.

Impôs-se, assim, uma nova problemática. O que interessa já não é só que as populações tenham um mínimo de anos de escolarização. Importa também – e sobretudo – que as pessoas sejam efectivamente capazes, no decurso da sua vida adulta, de processar informação escrita, nas diversas situações em que tal tende cada vez mais a ser solicitado pelas formas de existência social contemporânea.

Num mundo em que a informação e o conhecimento estão a constituir-se em factores decisivamente estruturantes da vida social, a todos os níveis, e em que variadíssimos problemas e inter-relacionamentos humanos tendem a estabelecer-se, de modos muito concretos e imediatos, à escala planetária, a capacidade de usar informação escrita, de forma generalizada, tornou-se – passe o paradoxo aparente da expressão – banalmente vital.

É hoje incontornável o facto de que capacidades reduzidas neste domínio geram, para os indivíduos e os grupos, riscos sérios de exclusão social e, para os países, riscos não menores de subalternização económica, cultural e política.

11.2. Competências

A avaliação directa da literacia – isto é, das capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana – surgiu, assim, de uma mudança de ênfase analítica que não decorre meramente de uma evolução interna ao campo científico, quanto aos conceitos e aos métodos, mas de uma alteração da própria realidade social.

A literacia já não é um luxo de minorias privilegiadas, ou um estatuto social distintivo, ou um resíduo periférico aos domínios nucleares de organização da vida social. As competências de literacia já não se limitam a constituir, sobretudo, uma base para uns poucos progredirem nos estudos. Os requisitos de literacia socialmente mais alargados já não se reduzem à sim-

ples necessidade de assinar o nome ou de apresentar um certificado do ensino primário para poder tirar a carta de condução ou aceder a um emprego público.

As solicitações e as expectativas sociais de literacia incidem agora, de maneira muito mais vasta, sobre a generalidade da população e, de maneira muito mais prática do que estatutária, sobre as capacidades de uso efectivo de informação escrita, nas dimensões profissionais e culturais, cívicas e pessoais da vida quotidiana.

As relações entre aprendizagem escolar e uso diário das competências de literacia não são simples nem lineares. Não basta ver que grau de ensino foi atingido por uma pessoa para dar conta das capacidades que ela efectivamente tem de usar informação escrita na vida social. É possível adquirir competências de leitura, escrita e cálculo por vias não escolares e há também a possibilidade, muito mais frequente, de os percursos de vida e os seus contextos – profissionais, domésticos e outros – não proporcionarem a manutenção e o desenvolvimento dessas competências, mas sim a sua regressão e perda. Além disso, o sucesso das aprendizagens escolares tem sido também muito variável e, frequentemente, bastante fraco.

A preocupação com a literacia, isto é, com as capacidades de uso da informação escrita socialmente existentes, é, assim, convergente com a de combate ao insucesso escolar, a de desenvolvimento do ensino de adultos e da formação permanente, a de qualificação das actividades e dos contextos profissionais, a de promoção das condições culturais de exercício da cidadania, a de enriquecimento cultural dos modos de vida.

A tradução deste conceito de literacia em termos de pesquisa conduziu a uma estratégia metodológica múltipla. No centro da análise esteve a procura de avaliação directa das competências de literacia, realizada através da observação de práticas de relacionamento com os materiais escritos. As práticas de literacia remetem sempre para os contextos socioculturais específicos em que ocorrem; mas remetem também, ao mesmo tempo, para a transversalidade de competências e de utilizações que a sua forma letrada confere e que os modos de relação social contemporâneos requerem.

Deste modo, a observação das práticas de literacia desdobrou-se numa abordagem extensiva e numa abordagem intensiva.

A primeira foi desenvolvida visando fundamentalmente a análise das competências subjacentes a essas práticas e da sua distribuição social no con-

junto da população adulta portuguesa. Foi realizada através de um teste, aplicado a uma amostra representativa da população dos 15 aos 64 anos, contendo um conjunto de tarefas simulando situações de utilização, na vida corrente, de materiais impressos. Conseguiu-se, assim, chegar a um conjunto de níveis de literacia, relacionáveis, por um lado, com características estruturais da sociedade portuguesa e, por outro, examináveis em termos do tipo e complexidade dos modos de processamento de informação envolvidos e do tipo e complexidade dos suportes impressos utilizados.

A segunda procurou, sobretudo, captar a contextualidade da literacia em quadros socioculturais específicos. Os estudos monográficos, realizados por observação directa e entrevista, incidiram sobre categorias sociais tendencialmente desprivilegiadas: minorias étnicas de imigrantes, jovens com origem em meio operário, idosos de zonas antigas da cidade, trabalhadores fabris e do pequeno comércio do interior do país, pequenos agricultores.

Os dois ângulos de abordagem permitiram análises complementares, articuláveis entre si, bem como com um levantamento extensivo, realizado através de inquérito por questionário aos mesmos entrevistados que responderam ao teste, sobre práticas quotidianas de leitura, escrita e cálculo por eles declaradas e, ainda, sobre as suas próprias auto-avaliações de competências neste domínio.

11.3. Situação

Os resultados da pesquisa evidenciam dois aspectos principais: a) que o perfil geral de literacia do país é bastante fraco; b) que as competências de literacia se distribuem desigualmente pela população portuguesa adulta.

A literacia não é algo que uns têm e outros não, de forma redutoramente dicotómica. Muitas pessoas demonstram algumas capacidades de leitura, escrita e cálculo, mas em graus diferentes. Algumas não conseguiram resolver nenhuma tarefa da prova de avaliação directa (Nível 0: 10,3%). Outras, em grande número, situaram-se em níveis de literacia que correspondem a competências muito limitadas (Nível 1: 37,0%) ou bastante simples (Nível 2: 32,1%). Num grau intermédio de proficiência, resolvendo tarefas de complexidade um pouco maior, já só se encontrou um número restrito de entrevistados (Nível 3: 12,7%). Por fim, um domínio razoavelmente seguro de competências de leitura, escrita e cálculo que em geral se supõe deverem estar adquiridas com a escolaridade obrigatória, só foi demonstrado por uma fracção muito reduzida da população analisada (Nível 4: 7,9%).

Quanto maior é a escolaridade, mais elevado tende a ser o nível de literacia. Mas, nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Num dos extremos, os indivíduos sem qualquer grau de ensino dividem-se basicamente entre os que se situam no Nível 0 de literacia e os que se localizam no Nível 1. Há também um pequeno subconjunto que demonstra possuir competências de Nível 2. No outro extremo, cerca de metade dos possuidores de um diploma do ensino superior situa-se no Nível 4; mas já a outra metade se distribui pelo Nível 3 e pelo Nível 2. Nos graus de ensino intermédios encontra-se grande dispersão de níveis de literacia, embora os perfis globais vão sendo progressivamente melhores com o aumento da escolaridade.

Os níveis de literacia dos mais jovens são mais elevados do que os do resto da população, tendendo a piorar à medida que a idade vai aumentando. Entre homens e mulheres as diferenças não são grandes. O perfil de literacia da população inquirida é mais favorável na região de Lisboa e Vale do Tejo, contrapondo-se ao Centro e ao Alentejo, com posições intermédias do Norte e do Algarve. São os indivíduos que vivem nas aldeias e nos lugares isolados aqueles que têm os mais fracos perfis de literacia, enquanto que nas vilas e, sobretudo, nas cidades, surgem em maior proporção os indivíduos com níveis de literacia mais elevados.

A inserção socioprofissional está fortemente relacionada com os níveis de literacia. É nas classes sociais ligadas à agricultura que se verificam níveis mais baixos, seguindo-se os operários industriais e os trabalhadores independentes. Um pouco mais alto é o perfil de literacia dos empresários e dirigentes e dos empregados executantes que, embora correspondendo a situações sociais fortemente diferenciadas, apresentam distribuições de competências de literacia muito semelhantes. Os profissionais técnicos e de enquadramento têm um perfil de literacia claramente mais elevado que os das outras categorias sociais. Os desempregados, as domésticas e, sobretudo, os reformados constituem segmentos da população com níveis de literacia mais baixos do que os da população que exerce uma actividade profissional.

As práticas de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana variam muito, de diversas maneiras. A escrita é menos praticada do que a leitura e o cálculo. A leitura de livros é ainda menor que a de jornais e revistas, embora todas tenham frequências baixas. As mulheres lêem sobretudo revistas e os homens jornais.

Na vida quotidiana extraprofissional as maiores taxas de leitura são de legendas de televisão. Seguem-se as que se relacionam com compras de diversos tipos de produtos e serviços. No domínio da escrita, as práticas mais frequentes são os recados e o preenchimento de documentos. Surgem igualmente em primeiro plano as práticas de cálculo nas compras correntes e na gestão do orçamento doméstico.

Tanto nas leituras de livros, revistas e jornais, como nas outras práticas de leitura, escrita e cálculo de carácter mais informal – mas amplamente solicitadas na vida social contemporânea – assiste-se a um crescimento regular das frequências respectivas com o aumento do nível de literacia.

Na vida profissional verifica-se uma reduzidíssima utilização genérica de materiais escritos, a par de uma variação ainda mais acentuada dessas práticas com o nível de literacia. O contraste é muito elevado entre a minoria de quadros e técnicos, a qual recorre regularmente, com razoável intensidade, a práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional, e a generalidade das situações de trabalho, em que essas práticas surgem quase sem qualquer expressão, indiciando uma ausência de solicitação das competências de literacia pelo tecido económico nacional actualmente existente.

Talvez por isso, apesar dos baixos níveis de literacia encontrados na população portuguesa, a maior parte dos inquiridos declare, em termos de auto-avaliação, que considera as suas próprias capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para a actividade profissional que desempenha.

Já quando as auto-avaliações não se reportam ao domínio específico da vida profissional, mas sim ao modo como as pessoas julgam as suas capacidades gerais de literacia face às possibilidades virtuais de leitura, escrita e cálculo tidas como, em princípio, hoje em dia socialmente disponíveis e desejáveis, os resultados são claramente estratificados e significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia.

Contudo, tanto no primeiro caso como no segundo, os padrões tomados como referência implícita da auto-avaliação parecem ser demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar.

Saliente-se, em todo o caso, que cerca de metade dos inquiridos revelou desejo de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo. No entanto,

essa predisposição para obter um acréscimo de competências é menor precisamente entre aqueles que, em princípio, mais precisariam: os de níveis de literacia mais baixos. O que confirma que a ausência de competências de literacia contribui tanto para diminuir a própria capacidade de percepção do problema como para inculcar sentimentos de impotência a tal respeito.

Os estudos de casos monográficos corroboram este panorama geral e permitem aprofundar situações e processos de relacionamento com a informação escrita, interpretar o significado social da literacia em contextos sociais e configurações culturais particulares e, ainda, detectar mecanismos sociais específicos relativos tanto à aquisição e reforço, como à não aquisição e perda de competências de literacia.

11.4. Factores

Serão os resultados obtidos surpreendentes?

Relembre-se que para cima de metade da população inquirida não tem mais do que o primeiro ciclo do ensino básico (quatro anos de escolaridade), ou que cerca de 50% dos respectivos pais e 60% das mães não tinha qualquer grau de ensino. Acrescente-se que, segundo dados da OCDE¹, a fracção da população escolarizada entre os 25 e os 64 anos que atingiu um grau de ensino ao nível dos actuais secundário ou superior no início dos anos 90 é, em Portugal, de apenas 7%, quando em Espanha é de 13%, na Bélgica 20%, na Alemanha 22%, na Suécia 24%, nos Estados Unidos da América 31% e no Canadá 41%.

Perante dados como estes, e sabendo que países como os Estados Unidos da América e o Canadá estão entre os pioneiros dos estudos de avaliação directa da literacia, preocupados com os problemas que actualmente neles se detectam de baixas capacidades de utilização de materiais escritos na vida quotidiana, profissional e extraprofissional, por parte de segmentos significativos das suas populações, a surpresa com os resultados na sociedade portuguesa não poderia ser grande.

Historicamente, em Portugal, como noutros países da Europa do Sul, a difusão social da alfabetização foi muito tardia comparativamente com as

¹ *Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 1995.

sociedades da reforma protestante, da primeira industrialização e do desenvolvimento da economia capitalista. A intervenção estatal visando a recuperação do atraso neste domínio fez-se sentir, no século XIX e no século XX, de forma bastante menos intensa do que noutras regiões da Europa mediterrânica, nos regimes socialistas do Leste europeu, no Japão ou, mais recentemente, nos países asiáticos em acelerado crescimento económico. Os antecedentes históricos, não impondo nenhum fatalismo, não podem deixar de constituir um pano de fundo a ter decisivamente em conta na compreensão dos actuais níveis de literacia da população portuguesa.

De maneira mais imediata e directa, os antecedentes familiares da população actual são um factor importantíssimo a considerar. A enorme escassez de recursos escolares imperante nos quadros de socialização familiar da esmagadora maioria da população actual pesou, certamente, no perfil de literacia observado. Não é só a ausência de certificados escolares. São também os contextos domésticos empobrecidos em livros e outros materiais escritos, a vida quotidiana rarefeita em práticas de literacia ou, muito trivialmente, as dificuldades em prestar ajudas concretas às crianças nas aprendizagens da leitura, escrita e cálculo.

Os estímulos familiares, quando existentes, tiveram ou têm, muitas vezes, uma feição mais indirecta, de procura estatutária de mobilidade social, do que directamente interligada à instrumentalidade operatória da literacia na vida quotidiana. Em todo o caso, estes aspectos não deixaram de estar presentes, a par daqueles outros, no alastramento social das estratégias de escolarização verificado na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas.

Está-se, pois, perante uma realidade com duas faces. Por um lado, apesar das limitações das famílias no domínio da literacia, as aspirações familiares de competências escolares para os seus filhos têm vindo provavelmente, pelo menos nas últimas gerações, a desenvolver-se mais acentuadamente do que a resposta institucional do sistema de ensino. Por outro lado, apesar das responsabilidades deste no panorama desfavorável da literacia no país, terá sido muito mais a escola do que a família – dadas as limitações desta, na grande maioria dos casos, em competências e práticas de leitura, escrita e cálculo – a conseguir alguma melhoria gradual dos níveis de literacia da população portuguesa.

Os dados estatísticos e históricos aqui brevemente relembrados apontam para que a responsabilidade do sistema de ensino na situação da literacia em

Portugal tem a ver sobretudo, e antes de mais, com a falta de escola. Apesar da expansão gradual do sistema de ensino, a escolarização da sociedade portuguesa é ainda muito baixa comparativamente com os países mais desenvolvidos, ou mesmo com outros países de desenvolvimento intermédio, nomeadamente da Europa do Sul ou do Extremo Oriente. Grande parte das crianças não tem sido abrangida pelo ensino pré-escolar, o número de anos de escolaridade obrigatória só recentemente aumentou de forma significativa, a percentagem da população com ensino secundário ou superior, apesar das taxas de crescimento verificadas nos anos recentes, permanece bastante fraca comparativamente com países como os acima referidos.

Mas não é possível deixar de questionar também o funcionamento da escola. Como tem sido repetidamente observado por vários estudos, a escola muitas vezes não tem tido as condições, não tem adoptado as estratégias pedagógicas e não tem estabelecido as relações com os contextos sociais envolventes mais adequadas à aprendizagem efectiva das capacidades de leitura, escrita e cálculo por parte das crianças, em particular das provenientes dos meios sociais mais desmunidos de recursos económicos e culturais. O abandono e o insucesso escolar atingem fortemente as crianças e os jovens destes meios sociais. A incorporação duradoura e a transponibilidade para a vida quotidiana das aprendizagens escolares têm-se revelado, com excessiva frequência, bastante limitadas.

Além disso, as políticas e as acções dirigidas à alfabetização de adultos e à educação permanente têm sido, apesar de um conjunto de experiências e intervenções interessantes, extremamente limitadas na sua amplitude. Pelo seu lado, na formação profissional, para onde convergiram, recentemente, recursos financeiros significativos, descuroou-se em geral uma articulação cuidadosa entre a aquisição de competências técnicas e a aquisição de competências de literacia. Uma articulação desse tipo é não só potencialmente favorável à melhoria genérica das capacidades de leitura, escrita e cálculo das pessoas abrangidas, mas também indispensável à própria eficácia da formação profissional de uma população adulta com perfis de literacia tão deficitários.

A ineficácia da formação profissional não é alheia, aliás, ao tipo de actividades produtivas que predominam no país e à fraquíssima solicitação que fazem de competências de literacia. O tecido económico nacional assenta ainda, de forma largamente hegemónica, em lugares profissionais de baixa qualificação. Os contextos de trabalho são, muito frequentemente, desquali-

ficados e desqualificantes. Uma vida de trabalho, nas condições correntes da grande maioria dos empregos existentes, não só não estimula novas aprendizagens de leitura, escrita e cálculo, como nem sequer permite exercitar competências previamente adquiridas, podendo mesmo conduzir, com o passar do tempo, a casos de regressão no nível de literacia.

Pode apontar-se, assim, um conjunto de factores históricos e estruturais que concorrem para o fraco perfil de literacia do país. Meios familiares de origem extremamente carenciados de habilitações literárias e modos de vida quotidiana pobres em práticas de literacia, tecido económico profissionalmente muito pouco qualificado e mesmo desqualificante quanto a competências de leitura, escrita e cálculo, insuficiente expansão do sistema de ensino e deficiências materiais, pedagógicas e relacionais das escolas – são factores que convergem na produção dos fracos níveis de literacia encontrados entre a população portuguesa adulta.

11.5. Incidências

Atendendo ao conjunto de aspectos históricos e estruturais da sociedade portuguesa acima inventariados, os resultados obtidos na caracterização dos níveis de literacia da população adulta do país não se podem considerar surpreendentes. Mas isto não quer dizer que não sejam preocupantes.

A cultura letrada tornou-se componente estruturante central das configurações socioculturais contemporâneas. A produção, circulação, aprendizagem e utilização de conhecimento formalmente organizado, assente em linguagens escritas, constitui actualmente um vector decisivo das dinâmicas económicas. Os sistemas institucionalizados incorporaram profundamente, na sua organização e no seu funcionamento, a lógica do escrito e as práticas a ele associadas. As mensagens escritas e os materiais impressos surgem, de modo crescente, no quotidiano das pessoas. A capacidade de processar informação escrita é algo que se coloca, cada vez mais, como condição de participação na vida social corrente, nos mais diversos domínios.

Para as pessoas e para os grupos, a ausência de competências de literacia ou a sua posse em níveis bastante limitados não podem ser ignoradas, hoje em dia, enquanto ameaças efectivas de exclusão social. Para os países, perfis globais de literacia baixos também não podem deixar de ser tomados em conta enquanto sério obstáculo ao desenvolvimento.

No plano pessoal, uma das questões básicas que hoje se relaciona de maneira muito forte com a literacia é a do emprego. Os requisitos solicitados, no acesso ao mercado de trabalho, em capacidades de leitura, escrita e cálculo, são progressivamente maiores. As possibilidades de carreira profissional também cada vez menos dispensam este tipo de competências. As necessidades de aprendizagem permanente e de reciclagem, de actualização e de mudança, presentes com crescente intensidade nos percursos de vida profissional, requerem competências de literacia generalizadas.

Outro aspecto crucial é o que tem a ver com a acesso à cultura e à informação. A possibilidade de um relacionamento suficientemente intenso e informado – isto é, ao mesmo tempo, capaz de fruição e de sentido crítico – com a comunicação social, com as múltiplas formas de lazer propostas aos modos de vida contemporâneos, com as diversas modalidades de oferta cultural, passa, em grande medida, pela detenção de competências básicas de literacia. O mesmo se pode dizer do acesso à criação cultural, em muitas das suas modalidades, e da capacidade de prosseguir, com sucesso, estudos posteriores à escolaridade obrigatória, com todas as implicações que daí decorrem.

As relações entre literacia e cidadania surgem como incontornáveis na vida social do mundo de hoje. A participação cívica e política nos espaços de relacionamento social actuais, a escalas mais circunscritas ou mais amplas, em intervenções de carácter local ou associativo, na acção política regional ou nacional, nas redes ou fóruns internacionais requer, como condição crescentemente indispensável, níveis suficientes de literacia. Estes aspectos e os anteriores – isto é, a capacidade de emprego, o acesso à cultura e a participação cívico-política – são, pois, domínios em que, nas sociedades contemporâneas, a posse de competências de literacia pode fazer a diferença entre situações de exclusão social ou, pelo menos, de vulnerabilidade tendencial a essa exclusão, e situações de cidadania efectiva, com possibilidades do respectivo exercício em tudo o que ao processamento de informação escrita diz respeito.

Do mesmo modo, no plano societal, a literacia tem implicações em diversos domínios interligados.

No domínio económico, a vitalidade da estrutura produtiva, a qualificação do sistema de emprego e a capacidade de cooperar e competir a nível internacional, num sistema económico em mutação tecnológica e em globa-

lização aceleradas, não se compadecem com a manutenção de perfis de literacia como o que caracteriza actualmente a população do país. Na situação que tem vindo a ser predominante, na sociedade portuguesa, o que se assiste é a uma espécie de ajustamento perverso entre uma baixa oferta de literacia por parte da escola e uma baixa procura de literacia por parte das empresas. A subalternização económica e a especialização regressiva das actividades produtivas, a perda de posição relativa quanto à composição socioprofissional da população activa, o aumento das taxas de desemprego – são riscos reais, a manter-se um desfazamento tão acentuado entre as competências de literacia da população portuguesa e a das sociedades mais desenvolvidas.

Um estudo comparativo internacional, realizado recentemente², utilizou uma metodologia do mesmo tipo da aplicada pelo Estudo Nacional de Literacia, na sua vertente extensiva. Embora não se possam estabelecer com ele comparações directas, em sentido descritivo estrito, é viável, no entanto, atribuir significado semelhante aos resultados obtidos.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a distribuição da população adulta por níveis de literacia é a seguinte³: Nível 1: 21-24%; Nível 2: 25-26%; Nível 3: 31-32%; Nível 4/5: 19-23%. Outro dos países englobados nesse estudo, o Canadá, tem distribuições de literacia com estrutura semelhante mas um pouco melhores: Nível 1: 17-18%; Nível 2: 25-26%; Nível 3: 32-35%; Nível 4/5: 22-25%.

Países europeus como a Holanda, a Alemanha ou a Suíça apresentam perfis de literacia não muito diferentes, embora algo menos polarizados. Por exemplo, na Holanda, a distribuição é: Nível 1: 10-11%; Nível 2: 26-30%; Nível 3: 44%; Nível 4/5: 15-20%. Dos países analisados, foi a Suécia o que apresentou resultados mais favoráveis: Nível 1: 6-8%; Nível 2: 19-20%; Nível 3: 39-40%; Nível 4/5: 32-36%.

² Albert Tuijnman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Study*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

³ Os valores são indicados em termos de intervalos porque, no estudo internacional, não se usou uma escala unificada mas sim três escalas de literacia, referentes ao processamento de informação escrita em prosa, documentos e quantitativo. Os resultados não variam muito de escala, tendo-se optado aqui por apresentar os valores máximo e mínimo. Além disso, não há no estudo internacional um Nível 0; para efeitos comparativos, o Nível 1 do estudo internacional corresponde, aproximadamente, ao somatório dos Níveis 0 e 1 do Estudo Nacional de Literacia. Do mesmo modo, o conjunto dos Níveis 4 e 5 do estudo internacional recobre uma gama de competências análoga à do Nível 4 do estudo nacional.

A Polónia, por seu lado, foi a que revelou perfil mais desfavorecido: Nível 1: 39-45%; Nível 2: 30-35%; Nível 3: 18-24%; Nível 4/5: 3-7%. Só este último país se aproxima da distribuição da literacia em Portugal: Nível 0/1: 47%; Nível 2: 32%; Nível 3: 13%; Nível 4: 8%.

Quanto à sociedade no seu conjunto, esta situação comparativa não tem apenas incidências nos aspectos económicos, mas também noutros, de carácter cultural e político. O desenvolvimento das potencialidades de criação e fruição cultural na sociedade portuguesa e a afirmação internacional da identidade cultural do país, através das suas obras artísticas e científicas e da qualidade dos seus profissionais intelectuais e dos seus agentes culturais, não pode deixar de estar relacionado com o perfil de literacia da população. O mesmo acontece quanto ao enraizamento social e cultural das instituições democráticas, à quantidade e à qualidade da participação cívica e política, às capacidades nacionais de interlocução no quadro das relações internacionais.

Todos estes aspectos estão interligados. O aumento da literacia das populações não é, evidentemente, nenhuma panaceia universal para os problemas sociais nem nenhuma fórmula mágica para o desenvolvimento. Não é, sequer, uma condição necessária à sobrevivência quotidiana de muita gente, que vai encontrando, sem competências de leitura, escrita e cálculo, soluções de vida mais rotineiras ou mais criativas nos quadros sociais diversificados a que pertence. Mas constitui, sem dúvida, uma condição cada vez mais indispensável de cidadania, de acesso pessoal ao emprego, à cultura e à participação cívica, bem como, para o país, uma condição fundamental de desenvolvimento económico, potenciação cultural, qualidade democrática e afirmação internacional.

11.6. Perspectivas

Com esta pesquisa pretendeu-se conhecer melhor a situação da população adulta portuguesa a respeito das suas capacidades de processar informação escrita na vida quotidiana. Os diversos tipos de análises da literacia desenvolvidos – análises extensivas e monográficas, análises de práticas e de representações, análises directas e indirectas de competências, análises de relações estruturais gerais e de enquadramentos socioculturais específicos – valem por si, cada um deles separadamente e, sobretudo, em articulação uns com os

outros, enquanto contributos para o conhecimento deste aspecto da realidade social do país.

Mas, quer os resultados globais, quer as variadíssimas análises parcelares mais minuciosas aqui apresentadas poderão, também, fornecer bases para o equacionamento de políticas, para informar a acção de técnicos, professores e outros agentes sociais, em campos diversificados.

Para que domínios principais de actuação apontam os resultados deste estudo?

Apontam, em primeiro lugar, de forma muito directa, para a escola, desde a necessidade de ensino pré-escolar e de expansão dos níveis gerais de escolaridade da população, até à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, com vista à aquisição de competências de literacia mais efectivamente sedimentadas e transponíveis para a sua utilização nos contextos de vida pessoal, profissional e cívica. Potenciação dos relacionamentos das escolas com as comunidades locais, condições de ensino e estratégias pedagógicas mais atentas à diversidade dos meios sociais, práticas de ensino assentes numa compreensão mais profunda dos processos de aquisição e utilização corrente de competências de literacia – são alguns dos vectores de acção que poderão encontrar referências úteis no presente trabalho.

O estudo aponta também para a importância decisiva do ensino de adultos e da educação permanente. Perante o panorama da literacia encontrado, dirigir esforços apenas à formação das crianças e dos jovens significaria deixar grande parte da população adulta portuguesa, a maioria com um longo percurso de vida ainda pela frente, com baixíssimas capacidades de resposta às crescentes exigências de literacia, e ao crescente leque de oportunidades com ela relacionadas, que as transformações das sociedades contemporâneas transportam consigo. Aliás, um dos resultados significativos deste estudo é, precisamente, que, mesmo sem qualquer acção específica de sensibilização, metade da população inquirida declara desejar melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo. A vantagem em interligar mais adequadamente formação profissional e aquisição de competências de literacia é outra das conclusões susceptíveis de se retirar do estudo, podendo encontrar-se nele um conjunto de indicações trabalháveis nesse sentido.

Um terceiro domínio de actuação tem a ver com a produção de mensagens e documentos impressos. No Estudo Nacional de Literacia houve a

oportunidade de ir verificando como a grande maioria das mensagens escritas de utilização quotidiana, nomeadamente em textos impressos, formulários, embalagens, folhetos informativos e outros documentos, são construídas de maneira muito pouco cuidadosa quanto à eficácia da comunicação, tendo insuficientemente em conta as operações de processamento de informação que implicam e os baixos níveis de literacia das populações a que supostamente se destinam. A vida das pessoas torna-se assim mais difícil e a disposição para tentar o processamento autónomo da informação escrita é mais desmotivada do que incentivada. É uma área em que está muito por fazer e em que as repercussões poderão ser bastante alargadas.

Mas, uma maior e melhor oferta de literacia por parte da escola e dos sistemas de educação permanente ou de formação profissional, interligada com uma circulação de mensagens mais estimuladoras do processamento corrente e autónomo de informação escrita, sendo certamente condições necessárias à progressão dos níveis de literacia da população portuguesa, dificilmente poderá, por si só, ser condição suficiente. Num plano mais geral, o que está em causa são os processos de desenvolvimento.

Em particular, no domínio económico e socioprofissional, com o que se poderia caracterizar como o vigente ajustamento perverso nacional entre os fracos níveis de oferta de literacia por parte da população e os fracos níveis de procura de literacia por parte das empresas, corre-se o risco de eternização de um círculo vicioso em que os progressos culturais e económicos do país tendem a ser lentos e limitados. Os círculos viciosos sociais não podem romper-se, em geral, apenas por um dos lados. Estratégias económicas voltadas para a qualificação do sistema produtivo, do tecido empresarial e da estrutura socioprofissional da população activa portuguesa surgem como vector de actuação igualmente indispensável, sem o qual os contextos de trabalho continuarão, predominantemente, a induzir regressão nas competências de literacia ou, pelo menos, a não as aproveitar de modo produtivo nem a estimular a sua aquisição e reforço.

Para mais, além das dinâmicas endógenas, vive-se hoje em dia uma situação de crescente interligação e interdependência a nível mundial, em que as capacidades de cooperação e competição internacionais dependem de modo cada vez mais decisivo das potencialidades cognitivas, tecnológicas e culturais das populações, dos seus trabalhadores, técnicos, quadros, dirigentes e outros profissionais. As competências de processamento de informação

escrita são uma base decisiva para, nas sociedades contemporâneas, essas potencialidades se poderem construir e desenvolver. Sendo competências de base, não são, porém, estáticas. Não só se reconfiguram em alguma medida com o próprio desenvolvimento cognitivo, tecnológico e relacional das sociedades, como os níveis de literacia requeridos para a participação corrente na vida económica, cultural e política tendem a elevar-se. Contextos de uso e contextos de aprendizagem vêem-se, assim, colocados perante uma dinâmica de solicitação de competências de literacia cada vez mais exigente.

Por fim, importa assinalar que a investigação sobre a literacia está apenas nos seus primeiros passos. O presente estudo teve a possibilidade de explorar algumas vias, obter um conjunto de resultados e deixar colocadas algumas hipóteses. Mas há muito para fazer, em termos de actualização, de comparação e de aprofundamento. Futuros desenvolvimentos, orientados sobretudo para o exame das competências de processamento da informação escrita, para a análise das relações entre níveis de literacia e estruturas sociais, para a compreensão das práticas de literacia nos quadros socioculturais do quotidiano – ou para as articulações entre estes diversos aspectos, como de algum modo aqui se procurou fazer – correspondem também a um vector a não descurar.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- A Nation at Risk*, The National Commission on Excellence in Education, USA, Cambridge (Mass.), 1984.
- Adult Performance Level Project, *Final Report: The Adult Performance Level Study*, Washington, D.C., U.S., Office of Education, 1977.
- Almeida, João Ferreira de, Costa, António Firmino da e Machado, Fernando Luís, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis (cord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Araújo, Helena Carvalho e Stoer, Stephen, *Genealogias nas Escolas: A Capacidade de nos Surpreender*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.
- Ávila, Patrícia e Alves, Mariana, “Da Índia a Portugal: trajetórias sociais e estratégias coletivas dos comerciantes indianos”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 16.
- Baudelot, Christian e Establet, Roger, *El Nivel Educativo Sube*, Madrid, Morata, 1990.
- Barros, Afonso de e Mendes, Fernando Ribeiro, “Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, nº 75, 1983.
- Benavente, Ana, *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- Benavente, Ana, Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís e Neves, Manuela Castro, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987).
- Benavente, Ana, Campiche, Jean, Seabra, Teresa e Sebastião, João, *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século Edições, 1994.
- Bernstein, Basil, *Langage et Classes Sociales. Codes Sociolinguistiques et Contrôle Social*, Paris, Édition de Minuit, 1975.
- Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bourdieu, Pierre, Passeron, Jean-Claude e Saint-Martin, Monique de, “Linguagem e relação com a linguagem na situação pedagógica”, in Sérgio Grácio e Stephen Stoer (org.), *Sociologia da Educação - II, Lisboa*, Livros Horizonte, 1981.
- Brown, J., Collins, A. e Duguid, P., “Situated cognition and the culture of learning”, *Educational Researcher*, vol. 18, nº 1, 1989.
- Bull, Benjamim Pinto, *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria*. Lisboa e Bissau, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau), 1989.

- Calamai, P., *Broken Words: Why Five Million Canadians are Illiterate*, Ottawa, Southam Press, 1987.
- Camilleri, Carmel, *Anthropologie Culturelle et Éducation*, Lausanne, Unesco-Delachaux & Niestlé, 1985.
- Carraher, Terezinha *et al.*, *Na Vida Dez, na Escola Zero*, S. Paulo, Ed. Cortez, 1993.
- Cipolla, Carlo M., *Literacy and Development in the West*, Harmondsworth, Penguin Books, 1969.
- Costa, Alfredo Bruto da e Pimenta, Manuel (coord.), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã, 1991.
- Dias, Helena Caninhas, *A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal. O Caso dos Agricultores do Oeste*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995.
- Djaló, Ibrahim, “Contribuições para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional”, *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 3, 1987.
- D’Epinay, Christian Lalive, *Vieillir ou la Vie a Inventer*, Paris, L’Harmattan, 1991.
- Esteves, Maria do Céu (org.), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.
- Ferreira, Claudino Cristóvão, *Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social. Uma Abordagem Sociológica da Exclusão Social em Portugal*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994.
- Ferreira, Manuel, *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?*, Lisboa, Edições A Preto e Branco, 1988.
- Flecha, Ramón, *La Nueva Desigualdad Cultural*, Esplugues del Llobregat, El Roure, 1990.
- Fondet, Claire, *Vaincre l’illettrisme*, Paris, Édition Science et Service Quart Monde, 1990.
- Freitas, Eduardo de e Santos, Maria Lourdes Lima dos, “Inquérito aos hábitos de leitura”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991; “Leituras e leitores II. Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 11, 1992.
- Freitas, Eduardo de e Santos, Maria Lourdes Lima dos, *Hábitos de Leitura em Portugal. Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.
- Furtado, José Afonso, *O Livro* (Coleção “O que é”), Lisboa, Difusão Cultural, 1995.
- Giddens, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (ed. orig. 1990).
- Goody, Jack, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987 (ed. orig. 1986).
- Goody, Jack, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977).

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXII, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., p. 380-381.
- Grignon, Claude e Passeron, Jean-Claude, *Le Savant et le Populaire*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.
- Guerreiro, M. Viegas e outros, *Unhais da Serra. Notas Geográficas, Históricas e Etnográficas*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1982.
- Guterres, António, Grilo, Eduardo Marçal, Lamas, Luís e Carneiro, Roberto, *A Educação na República da Guiné-Bissau. Análise Sectorial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Hambleton, Ronald K., Swaminathan, H. e Rogers, Jane, *Fundamentals of Item Response Theory*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1991.
- Harman, David, *Illiteracy. A National Dilemma*, New York, Toronto, Cambridge Book Company, 1987.
- Harris, L. e Associates, *The 1971 National Reading Difficulty Index*, Washington, D. C., National Reading Center, 1971.
- Hautecouer, Jean-Paul (edit.), *Literacy and Cultural Development Strategies in Rural Areas*, Toronto, Culture Concepts / Unesco Institute for Education, 1994.
- Headland, Thomas N., Pike, Kenneth L. e Harris, Marvin (edit.), *Emics and Etics. The Insider / Outsider Debate*, Newbury Park, Sage Publications, 1990.
- Hespanha, Maria José Ferros, “Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade providência”, in Boaventura Sousa Santos (org.), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.
- Hoggart, Richard, *The Uses of Literacy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1957).
- Ibram, Corinne, “Pour lutter contre l’exclusion”, *Éducation des Adultes*, 1993.
- Iturra, Raul, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaio de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher, 1990.
- Kirsch, Irwin S. e Jungeblut, Ann, *Literacy: Profiles of America’s Young Adults*, Princeton (N.J.), The National Assessment of Educational Progress, 1986.
- Kirsch, Irwin S. e Jungeblut, Ann, *Profiling the Literacy Proficiencies of JTPA and ES/UI Populations*, U.S. Department of Labor, 1992.
- Kirsch, Irwin S. e Mosenthal, Peter B., “Interpreting the IEA Reading Literacy Scales”, in M. Binkley, K. Rust e M. Winglee (edit.), *Methodological Issues in Comparative Educational Studies: The Case of IEA Reading Literacy Study*, Washington, D. C., U.S. Department of Education, 1993.

- Kirsch, Irwin S., Jungeblut, Ann, Jenkins, Lynn e Kolstad, Andrew, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey*, Washington, D. C., National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, 1993.
- Lahire, Bernard, *Culture Écrite et Inégalités Scolaires. Sociologie de "L'Échec Scolaire" a L'École Primaire*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1991.
- Lepri, Jean Pierre, "Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 1, 1986.
- Lesh, Richard, "Computer-based assessment of higher order understanding and processes in elementary mathematics", in G. Kulm (ed.), *Assessing Higher Order Thinking in Mathematics*, Washington DC, American Association for the Advancement of Science, 1990.
- Lima, Aida Valadas de, "Velhos e novos agricultores em Portugal", *Análise Social*, nº 111, 1991.
- Lopes, Carlos, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.
- Lopes, Carlos, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.
- Machado, Fernando Luís, "Etnicidade em Portugal - contrastes e politização", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 12, 1992.
- Machado, Fernando Luís, *A Juventude do Concelho de Loures - Diversidade de Condições Sociais* (2º volume do relatório final), 1994.
- Machado, Fernando Luís, "Guineenses em Portugal - etnicidade e integração", Relatório de Progresso apresentado à JNICT (projecto PCSH/C/SOC/748/93), 1995.
- Machado, Paulo, "A (c)idade maior - para uma sociologia da velhice", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº16, 1994.
- Matos, Lisete de, *Alfabetização Funcional em Portugal: Alguns Indícios de Existência e Reconhecimento*, Lisboa, ENL / documento de trabalho, 1994.
- Montigny, Gilles, Kelly, Karen e Jones, Stan, *Adult Literacy in Canada: Results of a National Study*, Ottawa, Statistics Canada, 1991.
- Moreira, Amélia Frazão, "A construção doméstica do saber local", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Neice, David e Adsett, Margaret, "Direct versus proxy measures of adult functional literacy: a preliminary re-examination", in *Functional Literacy in Eastern and Western Europe*, Hamburg, UIE-UNESCO/CE/OECD-CERI Seminar, 1990.

- Normas para o Currículo e Avaliação em Matemática Escolar* do NCTM (National Council of Teachers of Mathematics) dos Estados Unidos da América, ed. APM/III, 1991.
- Paes, Isabel Sasseti, “Crianças de imigrantes. Que oportunidades?”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.
- Pais, José Machado, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.
- Pinto, José Madureira, “Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais”, in Stephen R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa. Uma Abordagem Pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1991.
- Pinto, José Madureira e Queiroz, Maria Cidália, “Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 15/16, 1996.
- Pinto, Fernando José Ribeiro, “O social e o sociológico do envelhecimento em Lisboa”, in *Dinâmicas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- Ramalho, Glória, *As Nossas Crianças e a Matemática. Caracterização da Participação dos Alunos Portugueses no Second International Assessment of Educational Progress*, Lisboa, DEPGEF/ Ministério da Educação, 1994.
- Ramos, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo”, *Análise Social*, nº 103-104, 1988.
- Reis, Jaime, “O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação”, in *O Atraso Económico Português (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 1995.
- Resnickem, Lauren, *Education and Learning to Think*, Washington DC, National Academy Press, 1987.
- Ribeiro, Carlos Rui, *A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*, Lisboa, ISCTE, 1986.
- Santos, Mário, “Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística”, *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 4, 1987.
- Salgado, Lucília, *A Educação e o Desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995.
- Salgado, Lucília, *Literacia e Aprendizagem da Leitura e Escrita*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995.
- Saint-Maurice, Ana de, *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração - A População Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, 1994.

- Schuller, Tom, “Réflexions sur la citoyenneté, les droits et l’éducation”, Conseil de la Coopération Culturelle - Conference Finale, Strasbourg, 1995.
- Sebastião, João, “Modos de vida marginais: o caso das crianças da rua”, in *Infância e Juventude*, nº 2-95, Lisboa, DGSTM/MJ, 1995.
- Silva, Augusto Santos, *Educação de Adultos: Educação para o Desenvolvimento*, Rio Tinto, Edições Asa, 1990.
- Silva, Augusto Santos, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- Sim-Sim, Inês e Ramalho, Glória, *Como Lêem as Nossas Crianças? Caracterização do Nível de Literacia da População Escolar Portuguesa*, Lisboa, GEP / Ministério da Educação, 1993.
- Subirats, Marina, “Escuela y médio rural: una relación problemática”, in C. Lerena, *Educación y Sociología en España*, Madrid, Akal, 1987.
- Teixeira, Leonor e Fontes, Miguel, *As Competências de Literacia na Vida Quotidiana. Relações e Uso de Materiais Escritos no Quotidiano Pessoal, Profissional e Cívico de Dois Grupos Socioprofissionais (Operários Têxteis e Empregados ou Pequenos Proprietários de Cafés), num Contexto Particular: Unhais da Serra*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1994.
- Tuijnman, Albert, Kirsch, Irwin S., Jones, Stan e Murray, T. Scott, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.
- Wagner, Daniel A., “Adult literacy assessment in comparative context: some cultural limitations and opportunities”, comunicação a *Adult Basic Skills: Innovations in Measurement and Policy Analysis* (NCAL / OECD Roundtable), Philadelphia, 1994.

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

Plano da Obra	VII
Preâmbulo	IX
Apresentação	XI
Parte A: INTRODUÇÃO	
Capítulo 1. Estudo Nacional de Literacia: enquadramento teórico-metodológico	3
1.1. Alfabetização e literacia. Novos tempos, novos conceitos	3
1.2. Metodologias de avaliação. Novos conceitos, novas exigências	5
1.3. Estudos internacionais: uma breve revisão	8
1.4. O Estudo Nacional de Literacia: objectivos e opções metodológicas	11
<i>Síntese</i>	22
Parte B: ANÁLISE EXTENSIVA	
Capítulo 2. A população, as práticas e as auto-avaliações de literacia	27
2.1. Perfis de escolaridade, composição socioprofissional e mobilidade social	28
2.2. Práticas de leitura, escrita e cálculo	41
2.3. Auto-avaliação de literacia	54
<i>Síntese</i>	61
Capítulo 3. Construção dos níveis de literacia	65
3.1. A escala de dificuldade das tarefas	65
3.2. A escala de aptidão dos indivíduos	70
3.3. Determinação dos níveis de literacia	73
3.4. Exemplos de tarefas de cada nível	77
3.5. Interpretação dos níveis de literacia: prosa e documentos	87
3.6. Interpretação dos níveis de literacia: o domínio quantitativo (por Paulo Abrantes)	94
3.7. Problemas de análise da literacia	102
<i>Síntese</i>	118

Capítulo 4. Níveis de literacia da população adulta	121
4.1. Resultados globais	121
4.2. Resultados por grau de escolaridade	128
4.3. Resultados por idade	130
4.4. Resultados por sexo	133
4.5. Resultados por classe social	134
4.6. Resultados por condição perante o trabalho	135
4.7. Resultados por região	137
4.8. Resultados por habitat	138
<i>Síntese</i>	139
Capítulo 5. Análise relacional da literacia: níveis, práticas e auto-avaliação	141
5.1. Níveis de literacia e antecedentes escolares	141
5.2. Níveis de literacia e práticas de leitura, escrita e cálculo	147
5.3. Níveis de literacia e auto-avaliações de competências	157
<i>Síntese</i>	167
Parte C: ANÁLISES MONOGRÁFICAS	
Capítulo 6. Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal (por Fernando Luís Machado)	171
6.1. Introdução	171
6.2. Contornos e situação das minorias étnicas em Portugal	173
6.3. Contornos e situação social da comunidade guineense	177
<i>Perfil migratório e composição social</i>	177
<i>Trajectos e perfis de escolaridade</i>	183
6.4. Diversidade etno-linguística dos guineenses e literacia	185
6.5. Práticas quotidianas e literacia	194
<i>Contextos profissionais: o trabalho na construção civil</i>	195
<i>Relação com instituições e documentos</i>	203
<i>A leitura e a escrita na esfera pessoal</i>	211
<i>Trajectos de desqualificação social e literacia: professores na construção civil</i>	221
<i>A escolarização dos filhos dos imigrantes: perspectivas futuras de literacia</i>	227
6.6. Notas finais	233

Capítulo 7. Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário (por João Sebastião)	239
7.1. Introdução	239
<i>Objectivos da monografia</i>	239
<i>Notas metodológicas</i>	239
7.2. Escolaridade obrigatória e literacia	244
<i>A literacia no quotidiano escolar</i>	246
<i>Saber e relação com o saber</i>	251
7.3. A literacia como prática quotidiana	252
<i>Grupo doméstico e literacia</i>	252
<i>Literacia em contexto associativo intergeracional</i>	255
<i>Hábitos e práticas juvenis de leitura e escrita</i>	258
7.4. Conclusão	263
Capítulo 8. A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa (por Leonor Teixeira e Miguel Fontes)	267
8.1. Introdução	267
8.2. O envelhecimento: breve abordagem sociodemográfica	270
8.3. A construção social da categoria “idoso” e o discurso sobre a velhice: a realidade de Santa Catarina e das Mercês	278
8.4. O significado da literacia no universo social do idoso	285
8.5. Envelhecimento e despovoamento: transformações sociodemográficas das freguesias de Santa Catarina e das Mercês	291
8.6. A relação dos idosos com a literacia: usos quotidianos e representações sociais	295
<i>Espaços relacionais</i>	295
<i>Auto-avaliações e exclusão social</i>	305
8.7. Breve conclusão	306
Capítulo 9. Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio (por Leonor Teixeira e Miguel Fontes)	311
9.1. Introdução: construção da problemática	311
9.2. A pesquisa no terreno: linhas de rumo	320
9.3. Breve contextualização da vila de Unhais da Serra	324

9.4. A literacia no quotidiano de operários e pessoal dos cafés: uma leitura interpretativa	330
<i>O privado</i>	330
<i>O profissional</i>	340
<i>O cívico</i>	344
9.5. Breve reflexão conclusiva: reinterpretar o problema da literacia	347
Capítulo 10. Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral <i>(por Helena Caninhas Dias)</i>	357
10.1. Introdução	357
10.2. As competências de literacia dos agricultores na relação com as medidas agro-ambientais	361
<i>Caracterização social dos agricultores e das suas explorações agrícolas</i> .	361
<i>A difusão e a descodificação das medidas agro-ambientais: que problemas para o agricultor?</i>	368
10.3. A literacia no quotidiano dos agricultores: estudo de um caso	374
<i>Observação das relações com os materiais escritos</i>	374
<i>A freguesia da Azueira</i>	377
<i>A (i)literacia dos agricultores</i>	381
10.4. A título conclusivo	389
Parte D: CONCLUSÃO	
Capítulo 11. Implicações sociais da literacia	395
11.1. Problemática	395
11.2. Competências	396
11.3. Situação	398
11.4. Factores	401
11.5. Incidências	404
11.6. Perspectivas	407
Bibliografia	411/413
Índice Geral	421
Índice de quadros	425
Índice de gráficos	427

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1: Níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos	12
Quadro 1.2: População e Amostra	16
Quadro 2.1: Graus de ensino do pai por graus de ensino do inquirido	31
Quadro 2.2: Graus de ensino da mãe por graus de ensino do inquirido	32
Quadro 2.3: Mobilidade social	39
Quadro 3.1: Descrição sumária dos níveis de literacia	69
Quadro 3.2: Análise da complexidade de um texto	93
Quadro 3.3: Tarefas do domínio quantitativo (I)	100
Quadro 3.4: Tarefas do domínio quantitativo (II)	101
Quadro 4.1: Nível médio de literacia por idade e grau de escolaridade	132
Quadro 6.1: Língua falada em casa pelos imigrantes guineenses	190
Quadro 6.2: Auto-avaliação do domínio do português pelos imigrantes guineenses	192
Quadro 6.3: Domínio do português falado pelos imigrantes guineenses	193
Quadro 6.4: Leitura e posse de livros, jornais e revistas	213
Quadro 6.5: Indicadores de literacia dos guineenses universitários na construção civil	223
Quadro 7.1: Nível de escolaridade atingido pelos pais dos entrevistados	242
Quadro 7.2: Sucesso escolar dos entrevistados	243
Quadro 7.3: Fontes utilizadas para estudar	248
Quadro 7.4: Frequência da biblioteca da escola	250
Quadro 7.5: Razões da frequência da biblioteca da escola	250
Quadro 7.6: Hábitos de recontar histórias	253
Quadro 7.7: Origem das histórias	253
Quadro 7.8: Hábitos de leitura de periódicos pelos pais dos inquiridos	254
Quadro 7.9: Tipos de periódicos lidos pelos pais dos inquiridos	254

Quadro 8.1: Evolução da população das freguesias de Santa Catarina e Mercês ...	292
Quadro 9.1: Estrutura etária da população de Unhais da Serra	326
Quadro 9.2: Graus de escolaridade da população de Unhais da Serra	327
Quadro 9.3: Condição perante o trabalho da população de Unhais da Serra	327
Quadro 9.4: Sectores de actividade da população de Unhais da Serra	327
Quadro 9.5: Distribuição por idades e sexo dos trabalhadores da Penteadora	329
Quadro 9.6: Antiguidade dos trabalhadores da Penteadora	329
Quadro 9.7: Habilitações dos trabalhadores da Penteadora	329
Quadro 10.1: Escolaridade dos agricultores inquiridos	363
Quadro 10.2: Formação profissional e pertença a explorações agrícolas	364
Quadro 10.3: Distribuição dos agricultores por classes de superfície agrícola útil ..	364
Quadro 10.4: Formas de população	366
Quadro 10.5: Organização da contabilidade nas explorações	368
Quadro 10.6: Meios de difusão das medidas agro-ambientais segundo a pertença a associações	369
Quadro 10.7: População da Azueira e de Mafra por grupos etários	379
Quadro 10.8: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por graus de ensino	379
Quadro 10.9: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por sectores de actividade	380

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Graus de ensino	29
Gráfico 2.2: Grau de ensino dos pais	30
Gráfico 2.3: Razões de saída da escola	33
Gráfico 2.4: Razões de saída da escola por graus de ensino, classes sociais, idade e sexo	34
Gráfico 2.5: Condição perante o trabalho	36
Gráfico 2.6: Classes sociais	37
Gráfico 2.7: Graus de ensino por classes sociais	38
Gráfico 2.8: Leitura de livros, de revistas e de jornais	42
Gráfico 2.9: Leitura de livros, revistas e jornais por graus de ensino e sexo	44
Gráfico 2.10: TV - Número de horas diárias (médias) por frequência de leitura de livros	45
Gráfico 2.11: Práticas de leitura na vida quotidiana	47
Gráfico 2.12: Práticas de escrita na vida quotidiana	48
Gráfico 2.13: Práticas de cálculo na vida quotidiana	49
Gráfico 2.14: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional	50
Gráfico 2.15: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por graus de ensino	52
Gráfico 2.16: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por classes sociais	53
Gráfico 2.17: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional	54
Gráfico 2.18: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo	57
Gráfico 2.19: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino	59
Gráfico 2.20: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino	61
Gráfico 3.1: Percentagem de indivíduos com respostas certas a cada uma das tarefas	67

Gráfico 3.2:	Percentagem de indivíduos por número de respostas certas	71
Gráfico 3.3:	Probabilidade média de respostas certas dos indivíduos dos diferentes níveis de literacia segundo o nível de dificuldade das tarefas	76
Gráfico 4.1:	Resultados globais da distribuição da população por níveis de literacia	121
Gráfico 4.2:	Graus de escolaridade por níveis de literacia	122
Gráfico 4.3:	Grupos de idade por níveis de literacia	123
Gráfico 4.4:	Níveis de literacia segundo o grau de escolaridade	129
Gráfico 4.5:	Níveis de literacia segundo o grupo de idade	131
Gráfico 4.6:	Níveis de literacia segundo o sexo	133
Gráfico 4.7:	Níveis de literacia segundo a classe social	134
Gráfico 4.8:	Níveis de literacia segundo a condição perante o trabalho	136
Gráfico 4.9:	Níveis de literacia segundo a região	138
Gráfico 4.10:	Níveis de literacia segundo o tipo “habitat”	139
Gráfico 5.1:	Grau de ensino dos pais por níveis de literacia	143
Gráfico 5.2:	Classe do grupo doméstico de origem por níveis de literacia	145
Gráfico 5.3:	Frequência do ensino pré-escolar por classe do grupo doméstico de origem	146
Gráfico 5.4:	Primeira escola frequentada por níveis de literacia	147
Gráfico 5.5:	Leitura de livros, revistas e jornais por níveis de literacia	149
Gráfico 5.6:	Práticas de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana por níveis de literacia	152
Gráfico 5.7:	Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia	155
Gráfico 5.8:	Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia	158
Gráfico 5.9:	Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia	161
Gráfico 5.10:	Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia	164
Gráfico 7.1:	Entrevistados segundo o sexo	240
Gráfico 7.2:	Entrevistados segundo a idade	241
Gráfico 7.3:	Lugar de classe do grupo doméstico dos entrevistados	241
Gráfico 7.4:	Condição perante o trabalho e profissões dos entrevistados	242

Gráfico 7.5: Nível de escolaridade atingido pelos entrevistados	243
Gráfico 7.6: Formas de ocupação dos tempos livres	259
Gráfico 7.7: Periodicidade de leitura de jornais/revistas	260
Gráfico 7.8: Tipo de periódicos lidos	261
Gráfico 7.9: Periodicidade de leitura de livros	261
Gráfico 7.10: Tipo de leituras realizadas	261
Gráfico 7.11: Hábitos de troca de livros	262
Gráfico 7.12: Hábitos de utilização da escrita no quotidiano	263
Gráfico 7.13: Tipos de utilização da escrita	263
Gráfico 8.1: Estado civil dos idosos (que frequentam os centros sociais): distribuição pelas freguesias de Sta. Catarina e Mercês	283
Gráfico 8.2: Montante das reformas e pensões	284
Gráfico 8.3: Evolução da população residente entre 1960 e 1991.....	293
Gráfico 8.4: Distribuição etária da população residente	293
Gráfico 8.5: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia de Sta. Catarina	294
Gráfico 8.6: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia das Mercês	294
Gráfico 9.1: Evolução da população de Unhais da Serra	326
Gráfico 9.2: Trabalhadores da Penteadora	328

Esta edição de A LITERACIA EM PORTUGAL
– RESULTADOS DE UMA PESQUISA EXTENSIVA E
MONOGRÁFICA, foi composta, impressa e bro-
chada para a *Fundação Calouste Gulbenkian*,
nas Oficinas de A. Coelho Dias, S.A. A tiragem
é de 5000 exemplares.

Dezembro de 1996

Dep. Legal: 105 242/96

